



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 20 de junho de 2024

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 20/06/2024

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Aprofundamento da Financeirização e submissão ao Sistema da Dívida face à aprovação do PLP 459/2017 pelo Câmara dos Deputados. Luta pelo veto de Lula <https://auditoriacidada.org.br/plp-459-17/entenda-tudo-aqui/> .
- Apesar do recorde de arrecadação federal, do estoque de quase R\$ 5 trilhões de reais em caixa, e da forte greve unificada da Educação, o atendimento às reivindicações segue restrito diante do teto e metas estabelecidos do arcabouço fiscal.
- Risco de aprofundamento da “autonomia” do Banco Central e dos privilégios garantidos ao setor privado - PEC 65/2023.

2 - CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- A campanha segue com a divulgação de 2 posts diários, conforme acertado. Noticiamos as diversas mobilizações do funcionalismo público e demais movimentos sociais que tomamos conhecimento, conforme página desenvolvida para a campanha: <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>
- Esquema de Securitização de Créditos Públicos impedirá o atendimento aos Direitos Sociais <https://www.youtube.com/watch?v=Jwympdii6iQ&t=3539s>
- Financiamento da Campanha

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 20/06/2024

3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Nova prioridade relacionada à calamidade do Rio Grande do Sul: PROPOSTA DE CAMPANHA NACIONAL
- PLP 104/2022, pelo limite dos juros no Brasil, ainda sem relator.
- Proposta de coleta de assinaturas para instalação de CPI Mista prevista no Art. 26 do ADCT, tendo em vista a decisão do TRF1 <https://www.youtube.com/watch?v=Usvw9fvM3i8>

4 - CAMPANHA PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA

- Informações sobre a proposta com a participação de integrantes do Núcleo-RS

5 - NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA “Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil”

- Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA ACD – 20/06/2024

6 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS

- Atualização do documento elaborado em 2020 com a participação dos Núcleos:
<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/09/CARTA-ABERTA-AOS-CANDIDATOS-ELEICOES-2020.pdf>

7 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

CONJUNTURA ESCANCARA

A CENTRALIDADE DO SISTEMA DA DÍVIDA E O SACRIFÍCIO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

- Aprovação do Esquema da Securitização (PLP 459/2017)
- Limitações do Arcabouço Fiscal (LC 200/2023) mantém teto de gastos sociais para ***“guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público”*** e ataca servidores(as) públicos(as) sob várias formas (congelamento, confisco de aposentados), e até ameaça de mais contrarreforma da Previdência
- Não atendimento às reivindicações de servidores em greve. Restrições da LOA 2024
- Ameaças de retomada da contrarreforma administrativa (PEC 32), ataques aos pisos da Educação e Saúde, possível retorno da DRU para Educação e Seguridade Social
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos)
- Manutenção da taxa básica de juro Selic pelo Banco Central em patamar elevadíssimo, provocando crescimento exponencial do Sistema da Dívida
- Reforma Tributária do Consumo traz riscos de elevação dos tributos indiretos e Securitização (“Conselho Federativo” já significa desvio das receitas de estados e municípios).

Se os orçamentos públicos atuais já são insuficientes para o atendimento das demandas sociais, como ficará com a perda de receitas que sequer alcançarão os cofres públicos ?

VERGONHA! Na calada da noite
Câmara aprovou o PLP 459/2017 que
“legaliza” **esquema fraudulento**
da Securitização

RESULTADO	
● Sim	384
■ Não	59
◆ Abs	1
TOTAL	444

LEIA A LEGENDA!



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/vergonha-na-calada-da-noite-camara-aprovou-o-esquema-fraudulento-da-securitizacao/>

Clique aqui
e PRESSIONE
LULA
para VETAR
o PLP 459/2017
#SecuritizaçãoNÃO

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/vamos-pressionar-o-presidente-lula-para-que-vete-o-esquema-de-securitizacao/>

Divulgamos o resultado da votação do PLP 459/2017

Agradecimento a parlamentares que votaram **CONTRA** e repúdio a quem aprovou o esquema

GRATIDÃO PARLAMENTARES 1/4
QUE VOTARAM NÃO AO
ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO



 Fernanda Melchionna PSOL/RS	 Chico Alencar PSOL/RJ	 Glauber Braga PSOL/RJ	 Henrique Vieira PSOL/RJ	 Táíria Petrone PSOL/RJ
 Tarcísio Motta PSOL/RJ	 Célia Xakriabá PSOL/MG	 Erika Hilton PSOL/SP	 Guilherme Boulos PSOL/SP	 Ivan Valente PSOL/SP
 Luíza Erundina PSOL/SP	 Luciene Cavalcante PSOL/SP	 Sâmia Bomfim PSOL/SP	 Erika Kokay PT/DF	 Greyce Elias Avante MG

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agradecimento-aos-parlamentares-que-votaram-contr-o-plp-459-2017-o-pl-da-securitizacao/>

VERGONHA 1/10
Quem VOTOU PARA LEGALIZAR o esquema da Securitização (PLP 459/2017)



 Nilto Tatto PT/SP	 Rui Falcão PT/SP	 Vicentinho PT/SP	 Paulão PT/AL	 Ivoneide Caetano PT/BA	 Joselido Ramos PT/BA	 Josias Gomes PT/BA	 Valmir Assunção PT/BA
 Waldenor PT/BA	 Zé Neto PT/BA	 José Airton PT/CE	 José Guimarães PT/CE	 Luizianne PT/CE	 Helder Salomão PT/ES	 Jack Rocha PT/ES	 Adriana Accorsi PT/GO
 Rubens Ottoni PT/GO	 Rubens PT/MA	 Ana Pimentel PT/MG	 Dandara PT/MG	 Leonardo Monteiro PT/MG	 Miguel Ângelo PT/MG	 Odair Cunha PT/MG	 Padre João PT/MG
 Paulo Guedes PT/MG	 Rogério Correia PT/MG	 Camila Jara PT/MS	 Vander Loubet PT/MS	 Airton Faleiro PT/PA	 Dilvanda Faro PT/PA	 Carlos Veras PT/PE	 Dr. Francisco PT/PI
 Flávio Nogueira PT/PI	 Florentino Neto PT/PI	 Merlong Solano PT/PI	 Tadeu Veneri PT/PR	 Welter PT/PR	 Zeca Dirceu PT/PR	 Benedita PT/RJ	 Dimas Gadelha PT/RJ

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/confira-os-deputados-que-aprovaram-o-plp-da-securitizacao/>

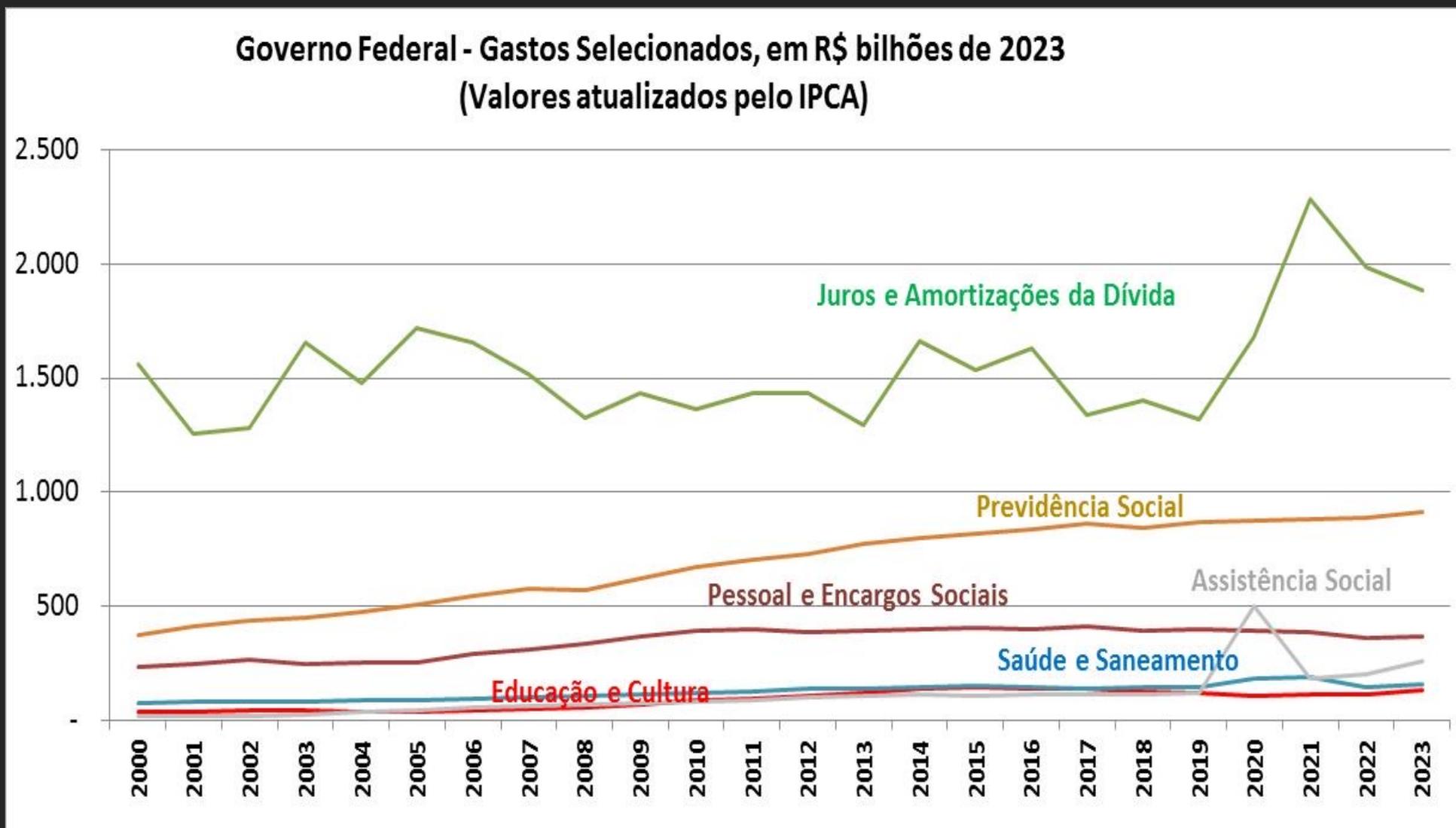
Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e **TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?**

- Chegamos a **quase R\$ 5 TRILHÕES em caixa em 31/3/2024:**
- **R\$ 1,572 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional,
- **R\$ 1,484 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,773 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202404_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Lucro dos bancos seguiu aumentando
Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?

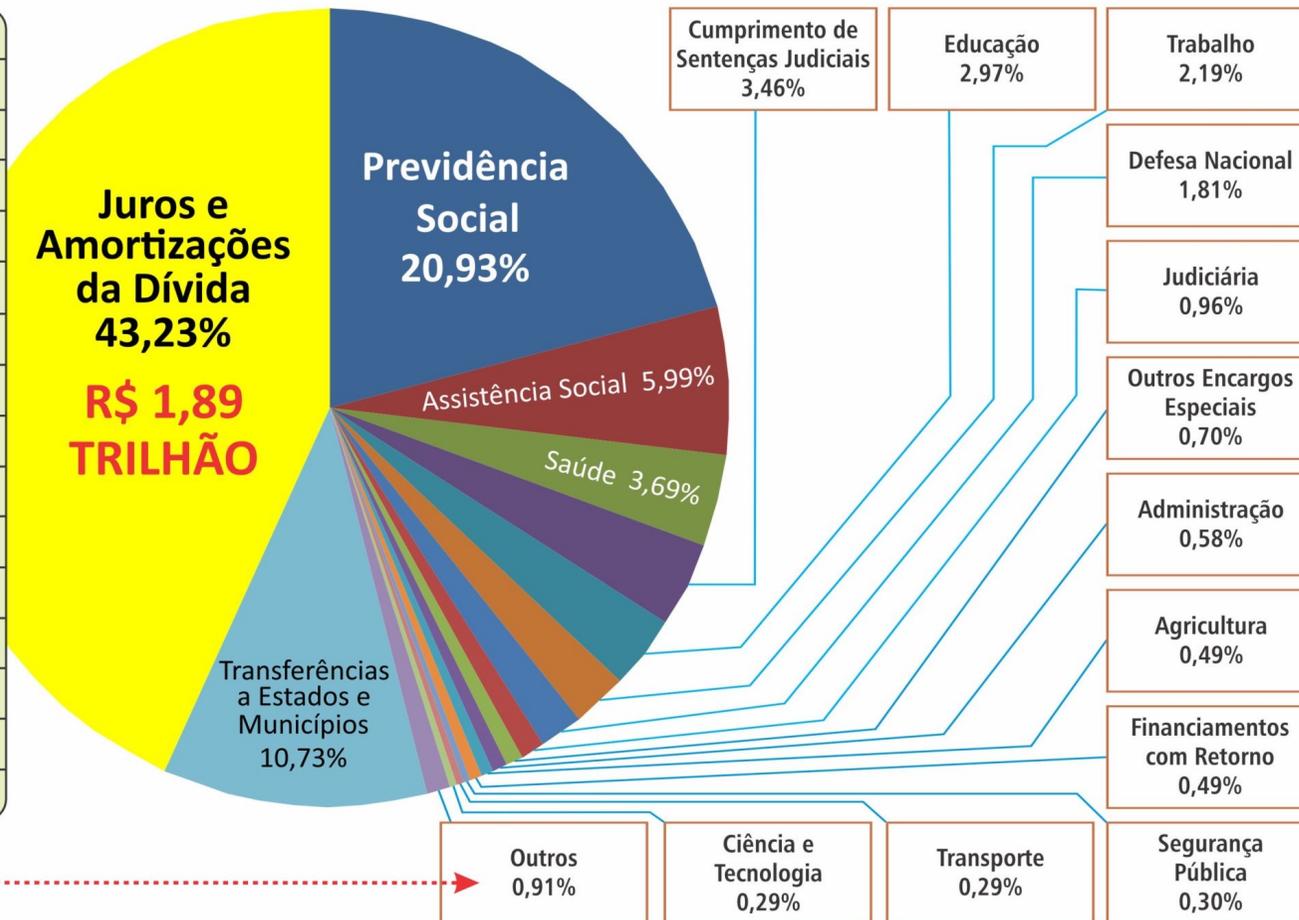


Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2> ; Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

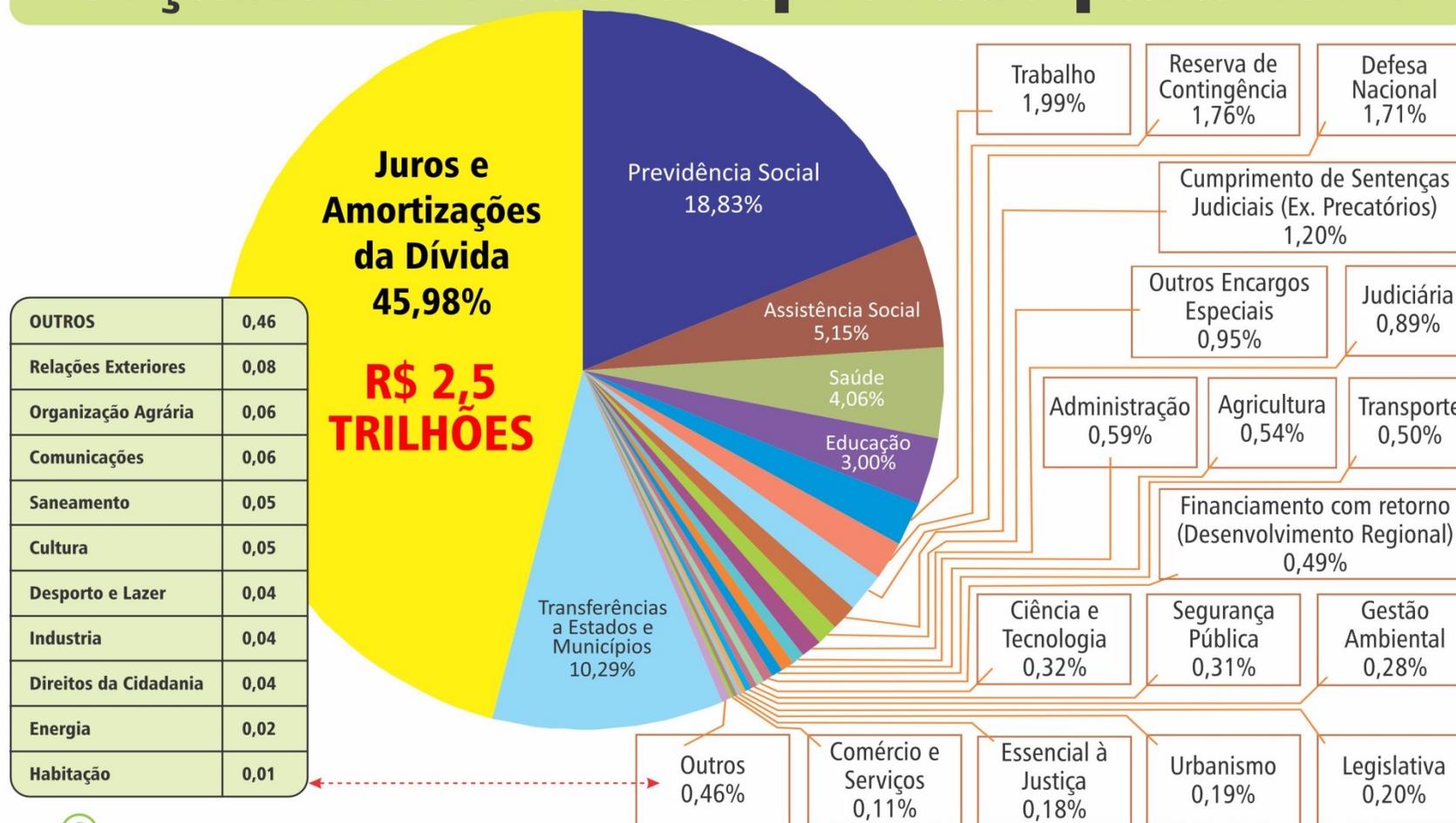
Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal aprovado para 2024



PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA NO ORÇAMENTO FEDERAL

YouTube BR

auditoria cidadã da dívida

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

Item	Valor
OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Transporte	0,0524
Indústria e Serviços	0,0477
Defesa Nacional	0,0446
Assistência Social	0,0275
Saúde	0,0240
Outros Encargos Especiais	0,0240
Administração	0,0193
Financiamento com Retorno	0,0193
Agricultura	0,0080
Outros Encargos Especiais	0,0080
Administração	0,0034
Financiamento com Retorno	0,0034
Agricultura	0,0000
Financiamento com Retorno	0,0000

Juros e Amortizações da Dívida 43,23% R\$ 1,89 TRILHÃO

Previdência Social 20,93%

Assistência Social 5,99%

Saúde 3,69%

Transferências a Estados e Municípios 10,73%

Cumprimento de Sentenças Judiciais 3,46%

Educação 2,97%

Trabalho 2,19%

Defesa Nacional 1,81%

Judiciária 0,96%

Outros Encargos Especiais 0,70%

Administração 0,58%

Agricultura 0,49%

Financiamento com Retorno 0,49%

Outros 0,91%

Ciência e Tecnologia 0,29%

Transporte 0,29%

Sentença Pública 0,29%

Fonte: Painel do Orçamento Federal - 2023. Site: www.auditoriacidadã.org.br/

30:24 / 33:30

Fattorelli mostra privilégio do Sistema da Dívida e rebate críticas



Auditoria Cidadã da Dívida

81,4 mil inscritos

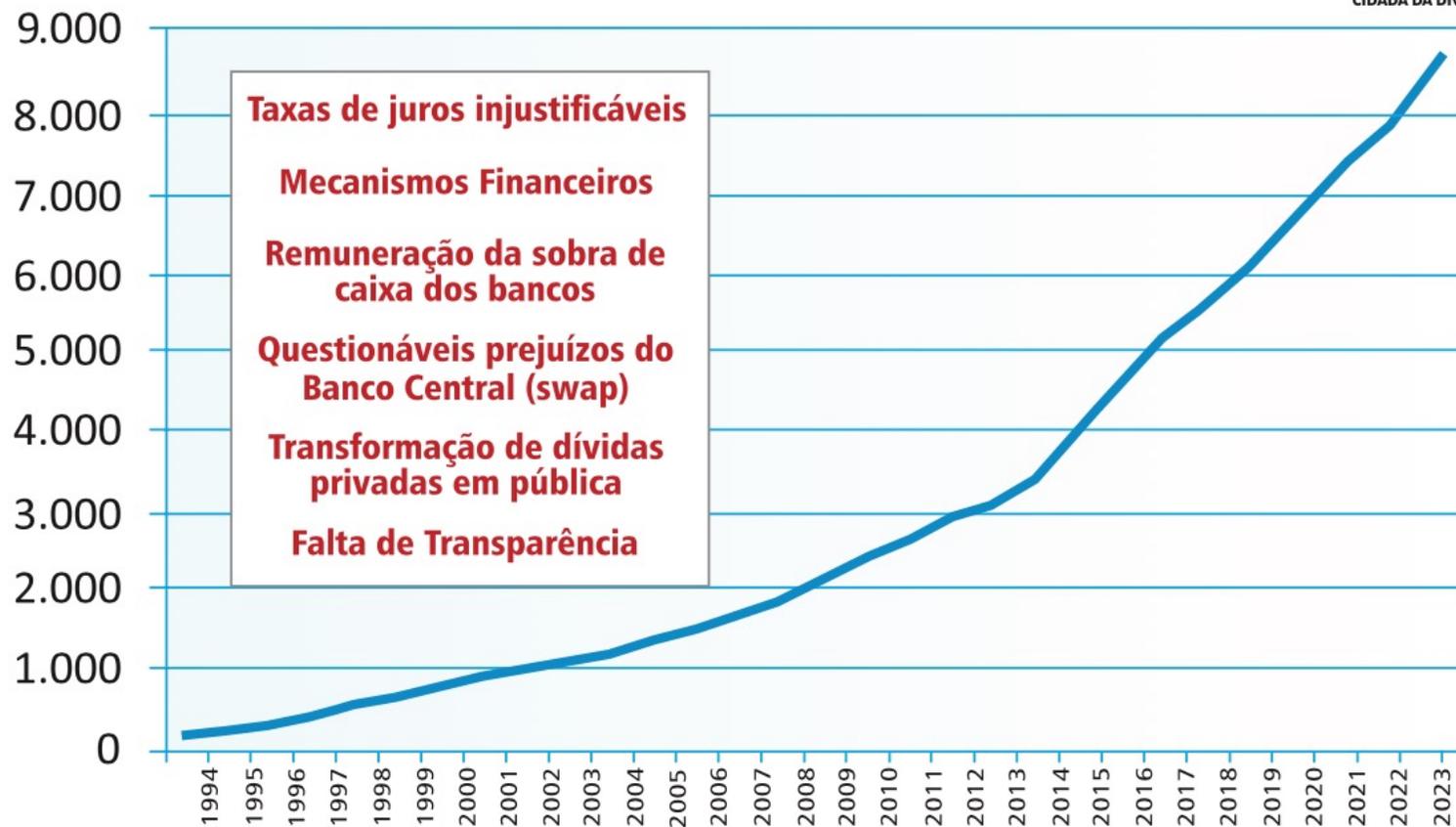


23 mil visualizações há 8 dias #AuditoriaJá

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, utilizou o gráfico em pizza da ACD para reafirmar o privilégio do Sistema da Dívida e para rebater críticas infundadas. Assista!

<https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gI&t=1538s>

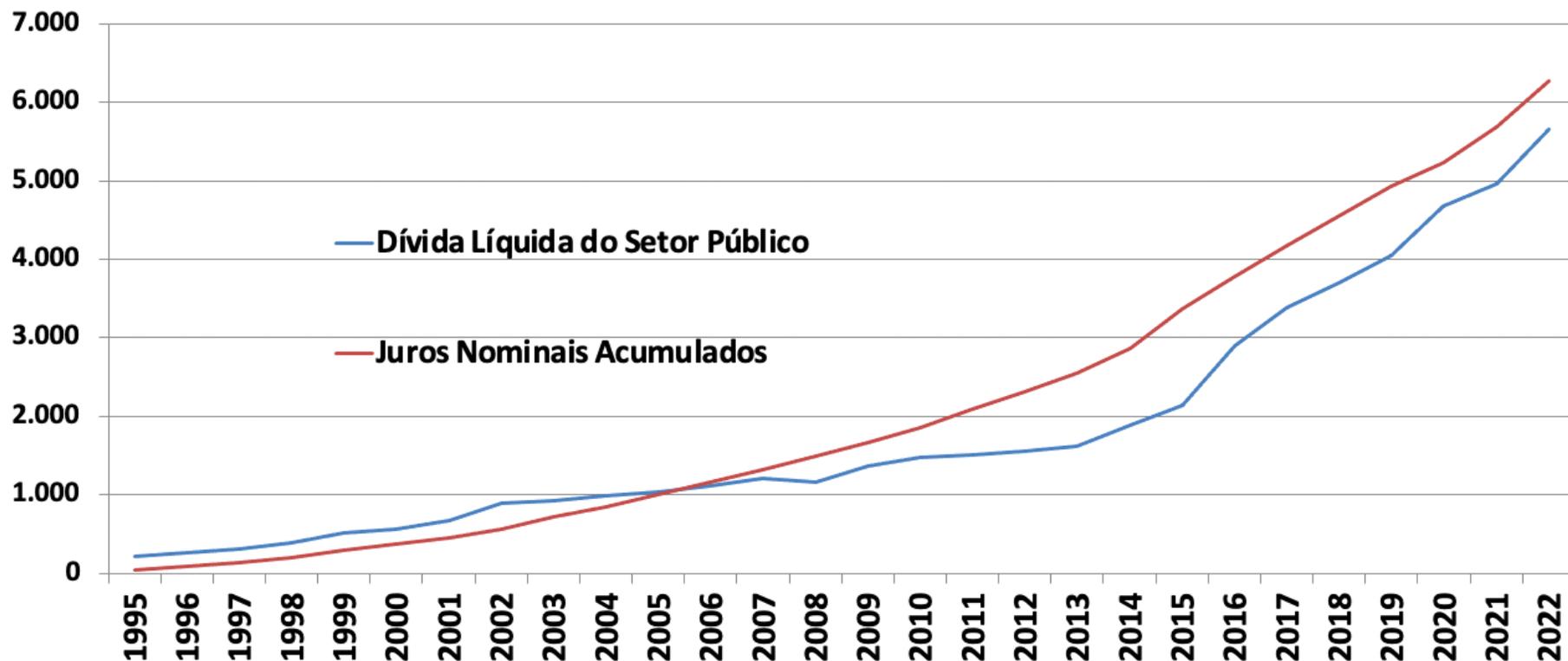
Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida da STN (Anexo 2.1)

JUROS ALTOS: PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ bilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:
<https://www3.bcb.gov.br/srgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

A SANGRIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (Lei 9.496/97) – 1997 a 2023

Dívida Original: R\$ 126,157 BILHÕES
(incluindo refinanciamentos até 2023)

Pagamentos: R\$ 418,594 BILHÕES
(mais que o triplo do valor original)

Dívida em 2023: R\$ 734,380 BILHÕES
(quase seis vezes mais que o valor original)

Fontes:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

BANCO CENTRAL ENTERRANDO A ECONOMIA BRASILEIRA

Falsa desculpa de "combater inflação"

Quando já não encontram nenhuma razão para manter a SELIC em patamar tão elevado, surge essa infame alegação baseada em "EXPECTATIVAS DE INFLAÇÃO", porém, quase 90% da inflação de janeiro a maio de 2024 não tem relação alguma com excesso de demanda!

Elasticidades da DLSP e DBGG	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,3	-0,07	9,8	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-50,1	-0,45	-45,5	-0,41
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-19,2	-0,17	-18,9	-0,17

R\$ 50,1 bilhões a mais de juros por ano a cada 1% a mais na Taxa Selic

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202405_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Taxas de juros reais anuais no mundo desenvolvido:

Zona do Euro 1,61% a.a. EUA 2,13% a.a. Japão -2,34% a.a.

BRASIL (taxa básica real): **6,32% a.a.** Fonte: <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

PEC 65/2023

Banco Central quer ser **EMPRESA** regida pelo Direito Privado

Art. 1º da PEC (Parecer do Relator, de 12/6/2024):

“O Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de empresa pública que exerce atividade estatal e dotada de poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei.”

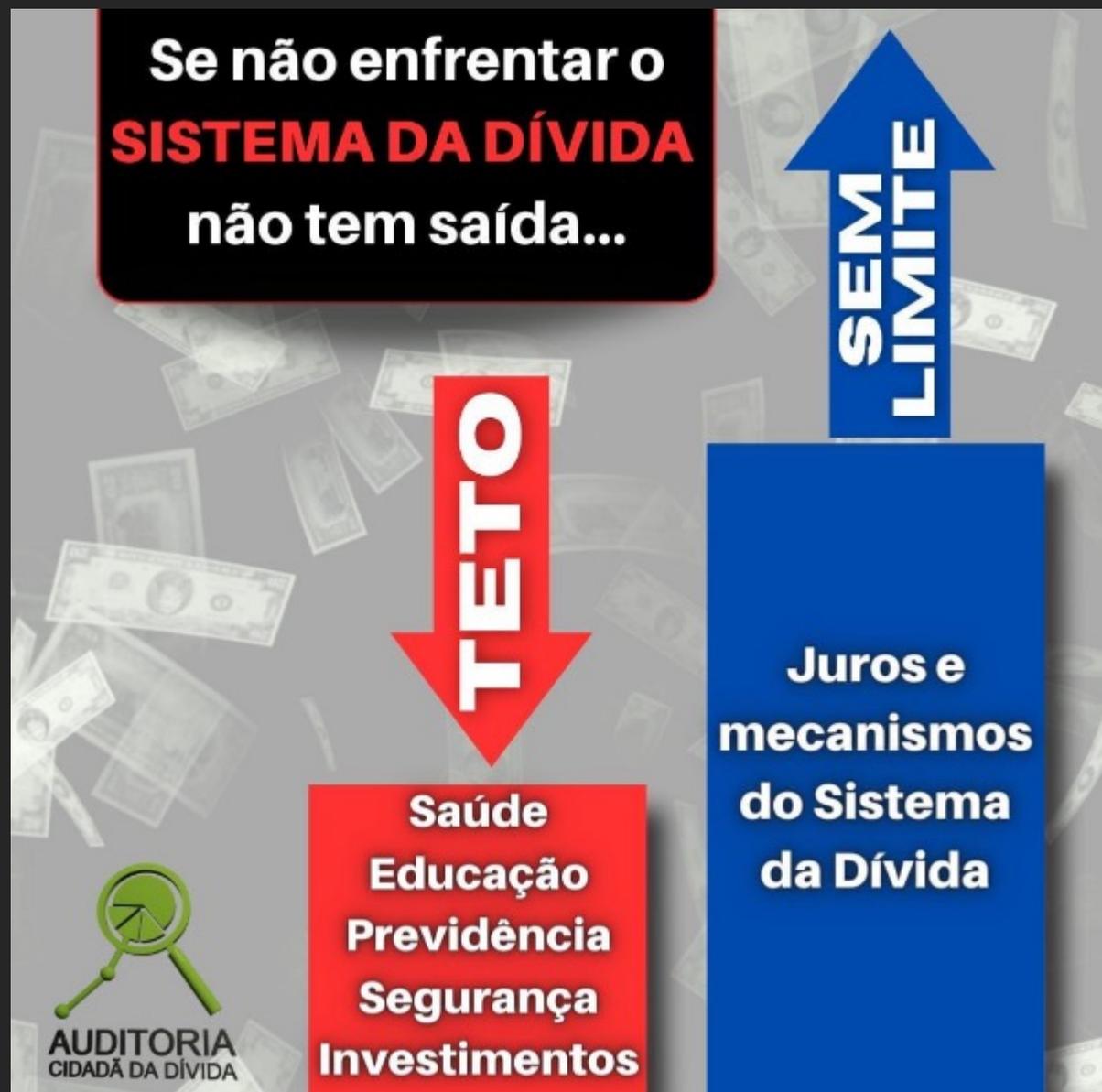
- Uma “empresa” com poder de decidir sobre a nossa **moeda**, administrar as nossas **Reservas Internacionais** (construídas à custa de dívida pública), definir **juros** e toda a **política monetária** do país?
- Uma “empresa” irá supervisionar os bancos???
- Essa “empresa” continuará recebendo mais de R\$ 2,3 trilhões em títulos públicos federais, de graça, e ainda por cima, juros sobre esses títulos que ganha de bandeja?
- Os prejuízos dessa “empresa” continuarão a ser repassados para o Tesouro Nacional?

O Tesouro Nacional tem sustentado o Banco Central, conforme já publicamos (<https://monitormercantil.com.br/tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/>) .

Isso vai continuar?

Lei Complementar 200/2023 ARCABOUÇO FISCAL

- Manteve o teto de gastos sociais para "*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*"
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário



ABUNDÂNCIA

Lucro dos bancos bate recorde e soma R\$ 144 bilhões em 2023, aponta Banco Central

Informações constam do Relatório de Economia Bancária de 2023. Recorde foi registrado em ano de juros básicos em alto patamar. Governo pressiona pela redução da Selic.

Por **Alexandro Martello**, g1 — Brasília
06/06/2024 09h18 · Atualizado há uma semana



gov.br



Entrar com o gov.br

Ministério da Agricultura e Pecuária



Assuntos > Notícias > Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões

BALANÇA COMERCIAL

Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões

Em comparação ao mesmo período de 2023, o aumento foi de quase 4,4%

ESCASSEZ

GOVERNO

Torneira está fechada para reajuste em 2024

Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO



Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais

INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

DOBROU NA PANDEMIA

Insegurança alimentar: 70 milhões no Brasil não tinham alimentos suficientes entre 2020 e 2022

Levantamento aponta ainda que mais de 10 milhões de brasileiros sofrem com a fome e a desnutrição

Redação

Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 12 de julho de 2023 às 16:20

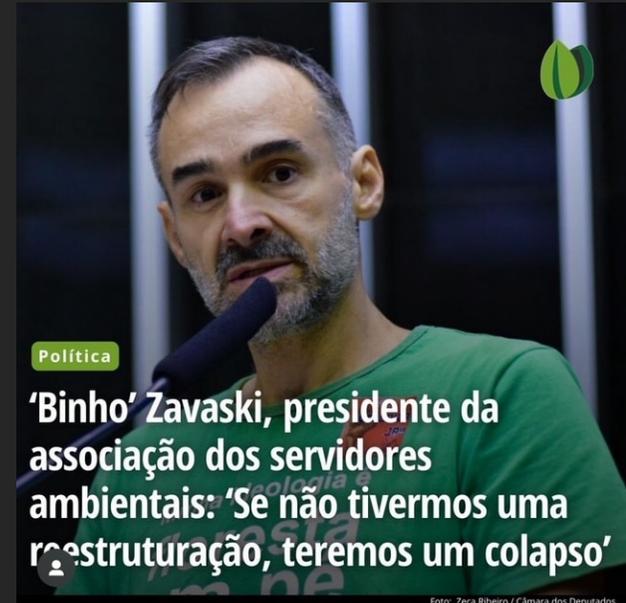
Grande mobilização de diversas categorias do Funcionalismo Público: meio-ambiente, educação, saúde, INSS, entre outras



**NOSSA RESPOSTA AO
ULTIMATO DO GOVERNO:
A GREVE CONTINUA!**

Assembleias rejeitam proposta e cobram espaço no orçamento 2024 para a Educação Federal.

**GREVE
DOCENTE
FEDERAL** **ANDES**
ASSOCIAÇÃO NACIONAL



RISCO DE MAIS RETROCESSO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

AgênciaBrasil

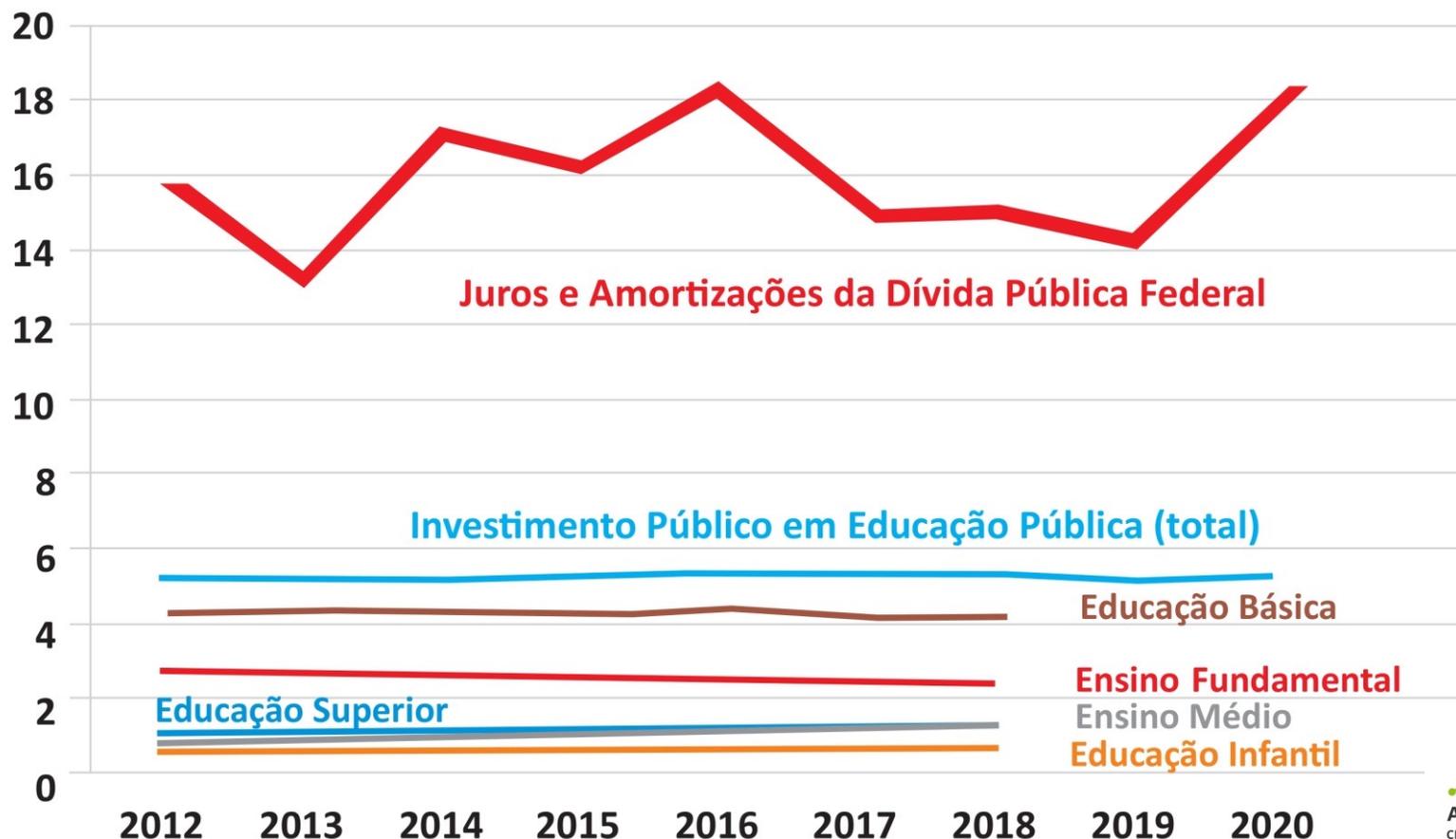
Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece PISO MÍNIMO de recursos a serem aplicados em EDUCAÇÃO:

Art. 212 - "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino"

Evolução dos Investimentos Públicos em EDUCAÇÃO (União, Estados e Municípios) e dos Gastos com Juros e Amortizações da Dívida Pública Federal (em % do PIB)

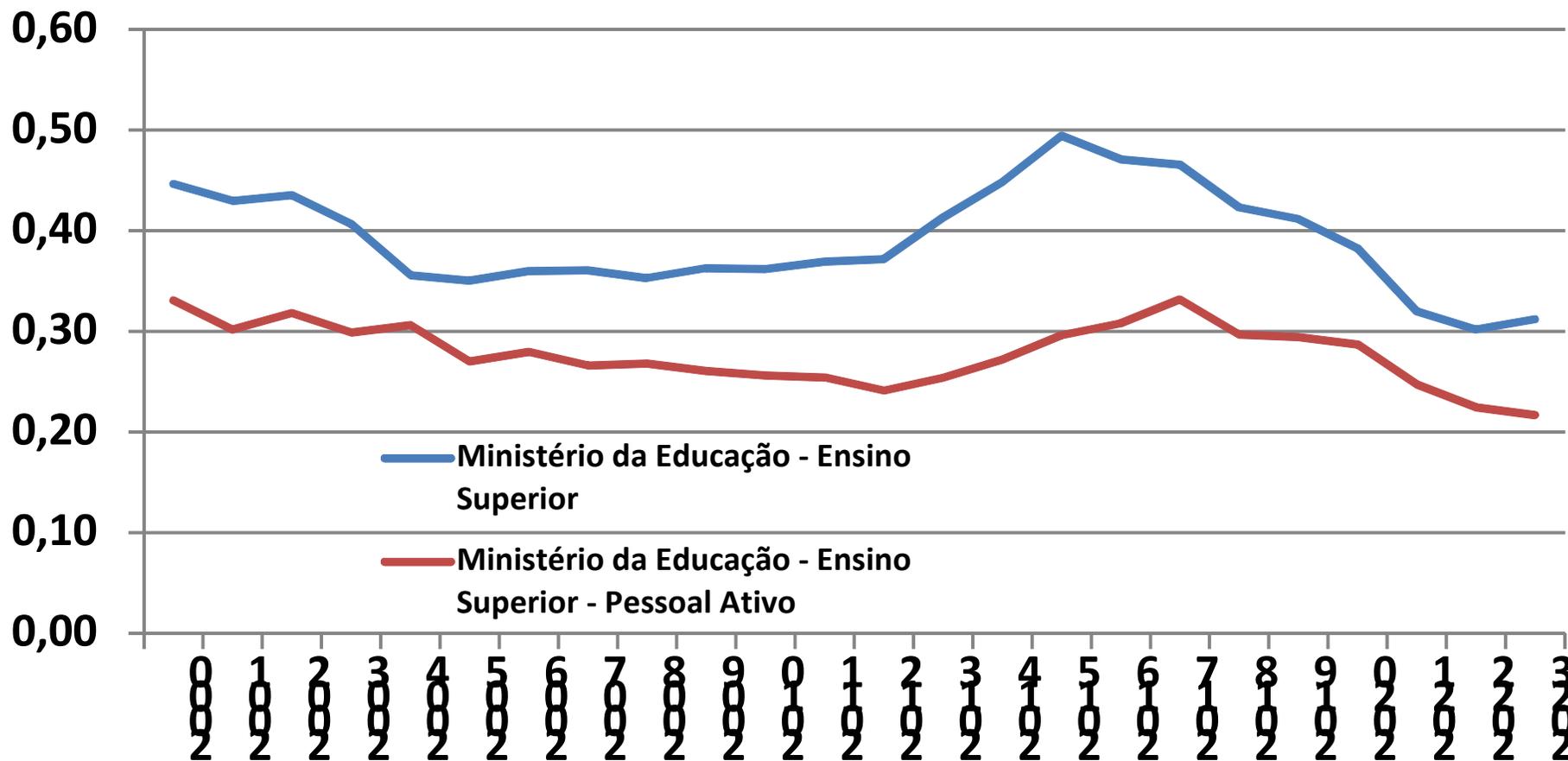


Fontes: INEP e Tesouro Nacional:

https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/investimentos_publicos_em_educacao/indicadores_financeiros_educacionais/Investimento_pib_direto.zip;
<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:22345

O resultado dos tetos de gastos sociais sobre a Educação Superior

Ministério da Educação - Despesas com Ensino Superior (% do PIB)



O problema não é falta de recursos, mas o privilégio do Sistema da Dívida e demais eixos que sustentam o modelo econômico concentrador de renda

CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PARA A LUTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

A partir dos dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024, bem como de recentes pronunciamentos de representantes do governo federal acerca da impossibilidade de conceder reajustes para o funcionalismo público, ou sequer repor as imensas perdas inflacionárias acumuladas desde 2010, que já superam cerca de 46%, apresentamos a presente contribuição para a luta que todo o serviço público federal vem enfrentando, a fim de fortalecer a estrutura do Estado e garantir a necessária prestação de serviços públicos para a sociedade brasileira.

O QUE ESTÁ RESERVADO PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO PARA 2024, CONFORME PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS (PLDO e PLOA) APRESENTADOS PELO GOVERNO AO CONGRESSO NACIONAL?

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 não prevê reajuste geral do funcionalismo público, conforme constou textualmente da Mensagem Presidencial¹ que acompanha o referido projeto: **"a proposta orçamentária para o ano de 2024 não contempla a revisão geral de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal" ... "Por mais legítimo que seja o pleito, se revelaria uma medida imprudente ..."**.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2024² estabelece meta de "déficit primário zero", o que impõe drástica restrição para todos os gastos primários e representa mais um entrave para a concessão de reajustes ao funcionalismo público. É importante registrar que o "déficit primário zero" nada tem a ver com a propalada "responsabilidade fiscal", mas sim, com a subtração de recursos das áreas sociais (inclusive dos salários do funcionalismo público) para priorizar o pagamento de juros e amortizações da chamada "dívida pública".

Devido à crescente pressão por parte das diversas categorias do serviço público federal, o governo chegou a afirmar que teria conseguido uma reserva no orçamento de 2024 no valor de apenas R\$ 1,5 bilhão, porém, tal valor seria suficiente para um reajuste geral de menos de 1%, percentual irrisório se comparado às perdas acumuladas em mais de 46%, em média.



Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/contribuicoes-da-auditoria-cidada-da-divida-para-a-luta-do-funcionalismo-publico/>

Centralidade do Sistema da Dívida

- DADOS OFICIAIS E LEVANTAMENTO DO TCU COMPROVAM que dívida tem crescido por causa dos mecanismos que geram dívida e a multiplicam por ela mesma, como a “Bolsa Banqueiro”, as altíssimas taxas de juros e outros.
- Banco Central elevou a SELIC até o abusivo patamar de 13,75% a.a., mantendo-a aí por 1 ano, e vinha reduzindo a conta-gotas, sem justificativa científica que se sustente. Ontem manteve no patamar de 10,5%.
- A insustentabilidade da dívida decorre dos seus mecanismos e não dos gastos sociais!

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

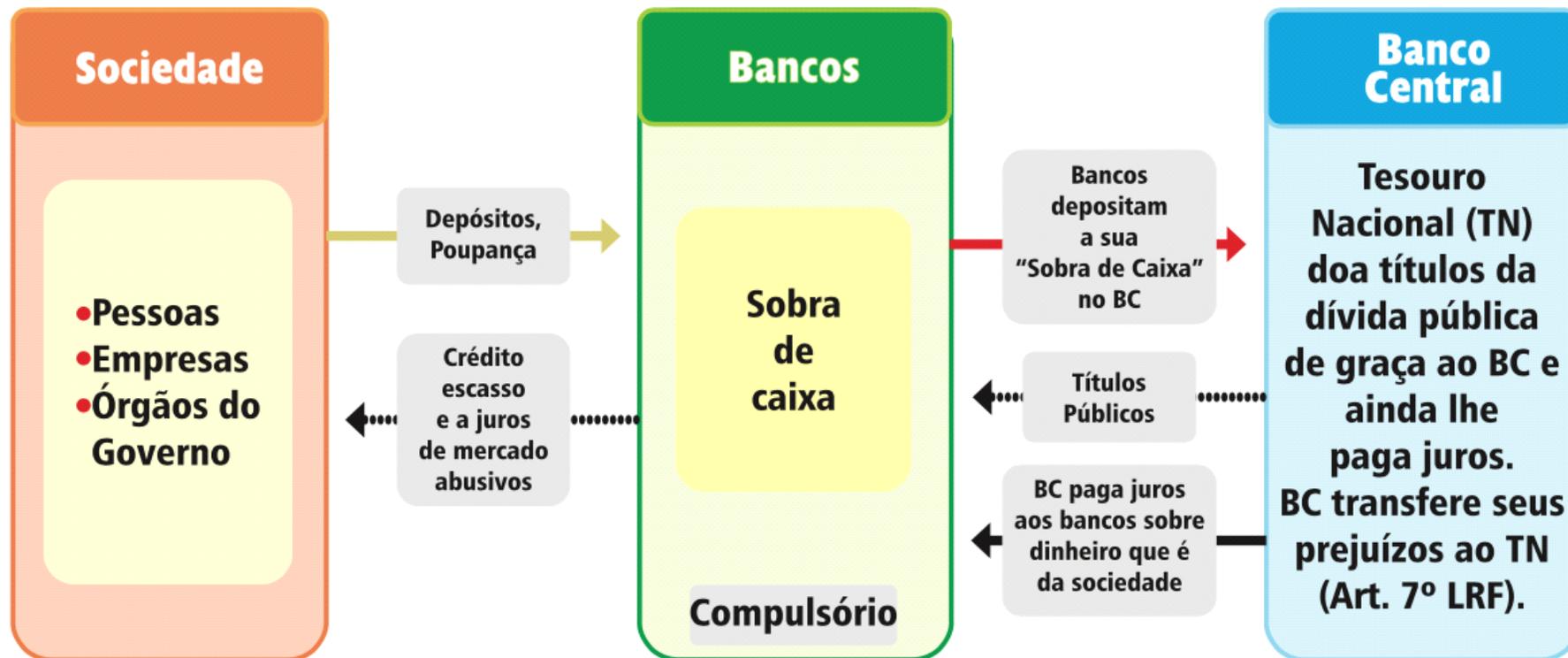
Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTP1Jo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

BOLSA-BANQUEIRO

Remuneração diária aos bancos devido ao abuso das "Operações Compromissadas" e "Depósitos Voluntários Remunerados" pelo Banco Central



Consequências:

escassez de moeda na economia, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida pública, rombo aos cofres públicos, recessão, crise e aumento recorde do lucro dos bancos.

EM VEZ DE
BOLSA-BANQUEIRO,
GOVERNO PODERIA REPARAR
PERDAS DE TODO O SERVIÇO
PÚBLICO FEDERAL



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

- Em 2022, o Banco Central pagou **mais de R\$ 180 bilhões de juros** aos bancos. Isso sem falar nos juros e amortizações da dívida pública que o Tesouro Nacional também paga aos bancos.

- Por outro lado, os servidores públicos federais reivindicam a recomposição das perdas inflacionárias acumuladas em 46,5% desde 2010, percentual este resultante da média entre 53,17% e 39,92%, reivindicados pelos respectivos blocos de servidores.

(Fonte: <https://sinasefe.org.br/site/download/consolidacao-da-pauta-de-reivindicacao-dos-servidores-publicos-federais/?wpdmdl=47214&refresh=64c3c47b8017e1690551419>)

- O volume de recursos para repor integralmente essa perda média de 46,5% seria de aproximadamente **R\$ 158 bilhões**, valor inferior ao valor gasto com a Bolsa-Banqueiro no ano passado e, adicionalmente, 12 vezes menor que o valor gasto com juros e amortizações do Sistema da Dívida em 2022.

A Dívida Pública RETIRA recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

R\$ 2,51 Trilhões

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,38 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública RETIROU
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em:
<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

No Brasil a dívida tem SUBTRAÍDO recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que poderiam ser destinados a investimentos em áreas sociais.

Ver artigos:

<https://bit.ly/2S72v8v>

<https://bit.ly/3Eq59u9>

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

A CONJUNTURA ESCANCARA O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA PÚBLICA E CAMINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO AO QUE O PAÍS NECESSITA

PRECISAMOS:

- ✓ Mais recursos para garantir os Direitos Sociais, **investimentos em nosso desenvolvimento socioeconômico e na estrutura do Estado;**
- ✓ Interromper mecanismos que geram “dívida” sem contrapartida em investimentos.

O QUE FAZER?

- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- LIMITE DOS JUROS EM LEI
- VETAR O ESQUEMA DE SECURITIZAÇÃO
- **Mobilização, Frente Parlamentar, CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS**

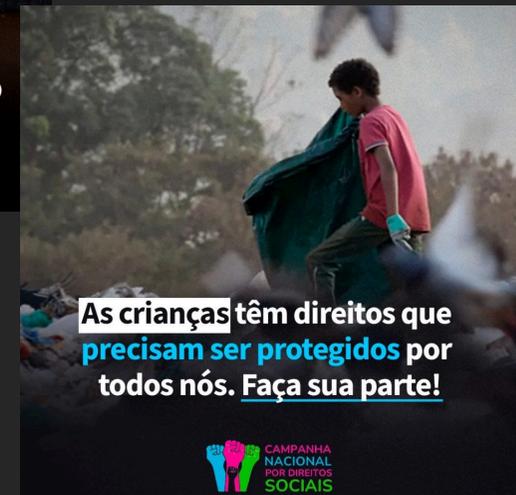
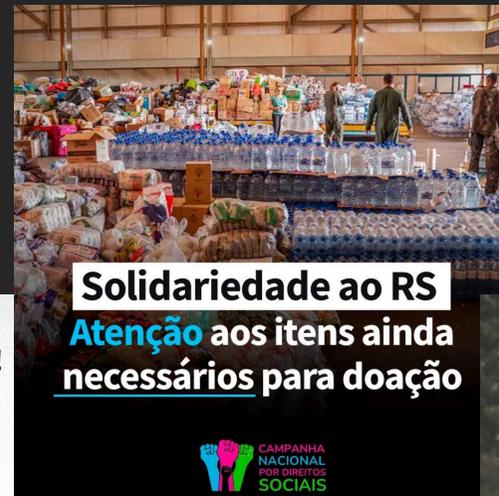
2- CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

Campanha Nacional por Direitos Sociais

- A campanha segue com a divulgação de 2 posts diários, conforme combinado, artigos, lives, potencializando as diversas mobilizações do funcionalismo público e demais movimentos sociais que tomamos conhecimento, conforme página desenvolvida para a campanha <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



Juntos pelos direitos dos **trabalhadores e trabalhadoras!**



Campanha Nacional por Direitos Sociais

➤ <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



OPINIÃO

Campanha nacional quer articular e fortalecer lutas por direitos sociais

WEB

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 28 de fevereiro de 2024

A maioria dos brasileiros não tem acesso nem aos direitos básicos: alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2024/02/campanha-nacional-quer-articular-e-fortalecer-lutas-por-direitos-sociais/>



LIVE HOJE!

Perdas salariais impulsionam intensa mobilização do funcionalismo

04 JUNHO 19h

ASSISTA AO VIVO EM:
facebook.com/auditoriacidada.pagina
youtube.com/auditoriacidadadivida

MARIA LUCIA FATTORELLI
Coordenadora nacional de Auditoria Cidadã da Dívida

DAVID LOBÃO
Coordenador geral do SINASEFE

CRISTIANO MACHADO
Diretor da FENASPS e SINSPREV-SP

LOIVA ISABEL MARQUES CHANIS
Coordenadora geral da FASUBRA

JENNIFER SUSAN WEBB
Diretora 1ª Tesoureira do ANDES-SIN

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS



Todos contra a PEC 65/2023 - Transformar BC em empresa semiprivada, NÃO!

SINAL

Busca

Inicial · Não à PEC 65

Não à PEC 65

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS



OPINIÃO

É preciso acabar com o confisco de aposentados do setor público

WEB

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 2 de abril de 2024

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Foto: Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

<https://www.extraclasse.org.br/opiniao/2024/04/e-preciso-acabar-com-o-confisco-de-aposentados-do-setor-publico/>

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS EXIGIR O VETO DE LULA

- O esquema de Securitização de Créditos Públicos impedirá o atendimento aos Direitos Sociais <https://www.youtube.com/watch?v=Jwympdii6iQ&t=3539s>

Audiência Pública
sobre o Sistema da Dívida,
o esquema de Securitização e mobilização
do funcionalismo público

PLP 459/2017
INCONSTITUCIONAL E LESIVO AOS COFRES PÚBLICOS

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos”
desvia recursos por fora do Orçamento Público

Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assista-a-audiencia-publica-agora-online/>



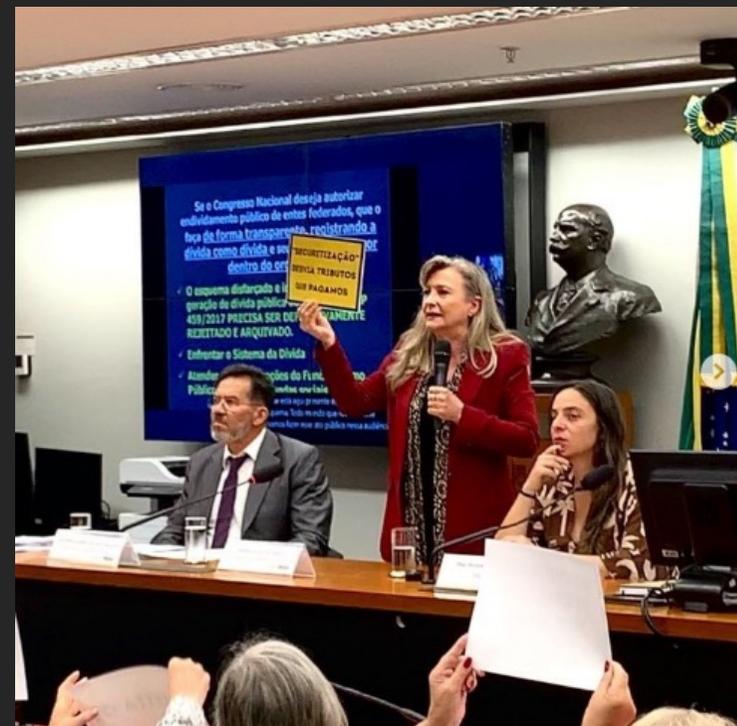
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/pressione-lula-para-vetar-o-esquema-de-securitizacao/>

CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS

- Financiamento da Campanha
- Em fase de organização dos grupos de trabalho, conforme eixos temáticos definidos durante a 1ª Plenária Nacional realizada em 23 e 24 de março/2024. Encaminhamentos: <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2024/03/ENCAMINHAMENTOS-1a-Plenaria-Nacional-da-Campanha-Nacional-por-Direitos-Sociais-24.03.2024-1.pdf>
- Coordenação Nacional:
ANDES/SN, SINDIRECEITA, CSP/Conlutas, Auditoria Cidadã da Dívida, FENASPS, Rede Irerê de Proteção à Ciência, FENAPRF, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)

**3 - FRENTE PARLAMENTAR SOBRE
O LIMITE DOS JUROS E A
AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA
PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO
POPULAR**

FRENTE PARLAMENTAR realizou Audiência Pública sobre o Sistema da Dívida, o esquema de Securitização (PLP 459/2017) que desvia recursos antes que estes alcancem o orçamento, e a mobilização do funcionalismo público



Confira fotos e vídeos em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assista-a-audiencia-publica-agora-online/>

FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E A AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Nova prioridade relacionada à calamidade do Rio Grande do Sul: PROPOSTA DE CAMPANHA NACIONAL
- PLP 104/2022, pelo limite dos juros no Brasil, ainda sem relator.
- Proposta de coleta de assinaturas para instalação de CPI Mista prevista no Art. 26 do ADCT, tendo em vista a decisão do TRF1 <https://www.youtube.com/watch?v=Usvw9fvM3i8>

4 - CAMPANHA PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA

Informações sobre a proposta com a participação de integrantes do Núcleo da ACD no RS

OPINIÃO

A dívida do Rio Grande do Sul com a União já foi paga **WEB**

Por Maria Lucia Fattorelli / Publicado em 5 de junho de 2024



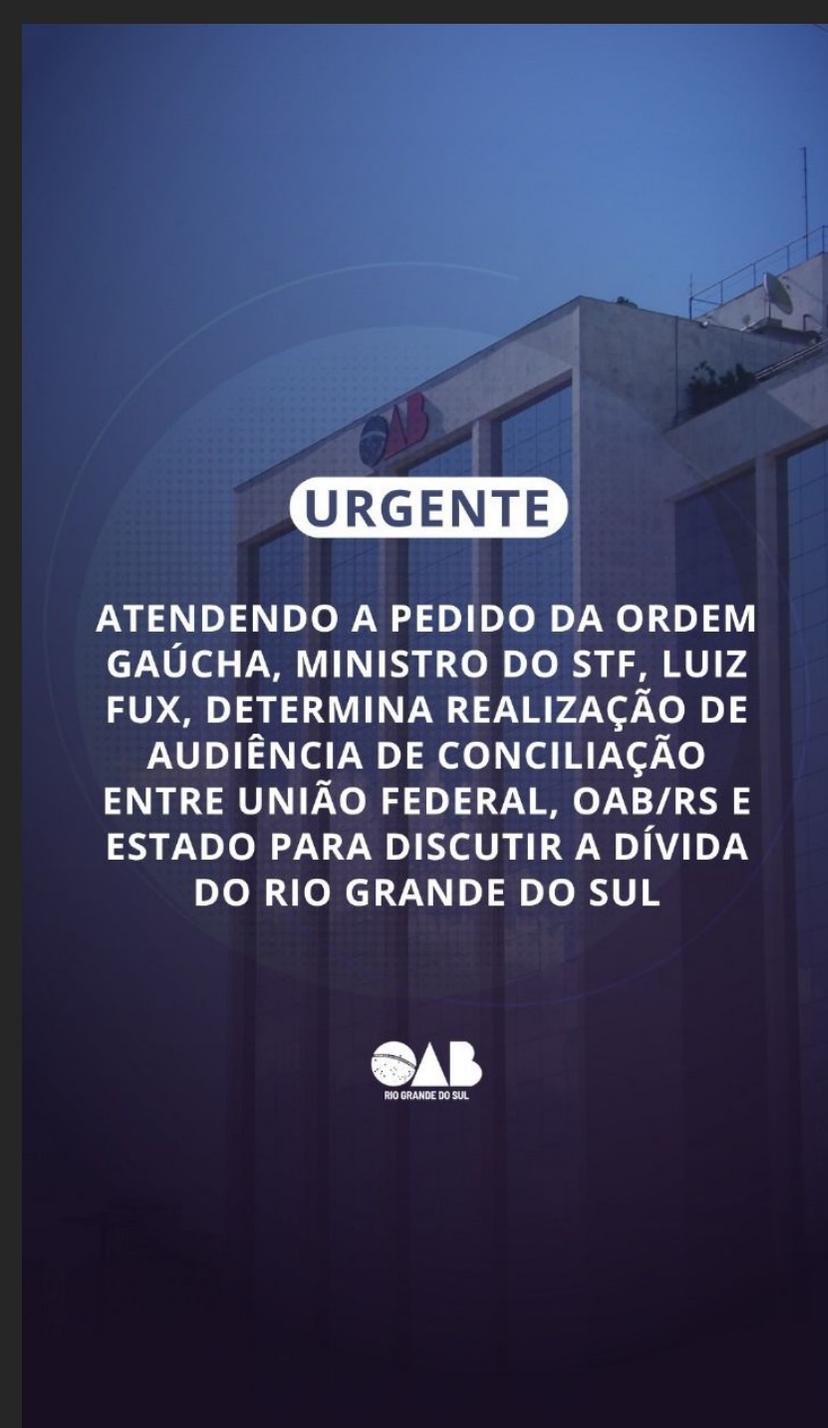
No dia 13 de maio, o governo federal anunciou em encontro com o governador do RS no Palácio do Planalto, a suspensão por três anos da dívida do estado com a União, liberando R\$ 11 bilhões para um fundo para a reconstrução do estado. A dívida do RS, no entanto nunca foi auditada

Foto: Ricardo Stuckert/PR

Recente artigo

CAMPANHA PELA BAIXA DA DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO PORQUE ELA ESTÁ PAGA

<https://www.extraclasse.org.br/opinio/2024/06/a-divida-do-rio-grande-do-sul-com-a-uniao-ja-foi-paga/>



URGENTE

**ATENDENDO A PEDIDO DA ORDEM
GAÚCHA, MINISTRO DO STF, LUIZ
FUX, DETERMINA REALIZAÇÃO DE
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
ENTRE UNIÃO FEDERAL, OAB/RS E
ESTADO PARA DISCUTIR A DÍVIDA
DO RIO GRANDE DO SUL**



DESPACHO: Tendo em vista o pedido formulado pela OAB/RS, autora da ação, na Petição nº 56.298/2024 e oportunizada a manifestação da União em 17/5/2024, **designo audiência de conciliação para o dia 25/6/2024, às 10h30min, a ser realizada presencialmente em meu gabinete no Supremo Tribunal Federal**, com participação restrita às partes do feito.

Intimem-se, com urgência, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS, autora da ação), a União e o Estado do Rio Grande do Sul para que se façam presente na audiência.

Intime-se, ainda, a Procuradoria-Geral da República para que, querendo, designe membro para participar do ato.

Publique-se.

Brasília, 18 de junho de 2024.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código BBF4-6A01-C499-B620 e senha EEA6-E408-ADA2-BBFA

ACO 2059 / DF

Documento assinado digitalmente

5- NOVO CURSO BASEADO NA CARTILHA "Auditoria da Dívida Pública: ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil"

▪ Em fase de preparação. Pedido de apoio para viabilizar gravação das aulas e demais custos.

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

TCU afirmou ao Senado que a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país

<https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Alimenta mecanismos financeiros
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para **contrarreformas**
- Justificativa para **privatizações**
- Responsável pelo **Teto de Gastos e arcabouço fiscal**
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

6 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024

- Atualização do documento elaborado em 2020 com a participação dos Núcleos:
<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/09/CARTA-ABERTA-AOS-CANDIDATOS-ELEICOES-2020.pdf>



CARTA ABERTA dirigida aos candidatos e candidatas às ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

Caro(a) Candidato(a) às eleições municipais 2020,

A AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA é uma associação sem fins lucrativos, que visa principalmente o cumprimento da Constituição Federal (Art.26 do ADCT) e a realização da auditoria da dívida pública brasileira - interna e externa, federal, estaduais e municipais – com ampla participação social. Nossos trabalhos podem ser acessados na página <www.auditoriacidada.org.br>.

Estamos próximos às **Eleições-2020**, quando serão escolhidos prefeitos(as) e vereadores(as).

Nos últimos anos, o governo federal tem destinado cerca de 40% de seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, percentual esse cerca de 4 vezes superior às transferências realizadas para todos os estados e municípios, conforme mostra o gráfico abaixo.



Cada candidato(a) poderá responder SIM ou NÃO, acrescentando ao final o seu nome, partido, município e o cargo eletivo ao qual concorre:

- 1 - Você é a favor da realização da auditoria da dívida pública, conforme previsto na Constituição Federal, e com participação social?
- 2 - Você se compromete a levar este tema às entidades representativas dos municípios (Confederação Nacional dos Municípios, Frente Nacional dos Prefeitos, União dos Vereadores do Brasil, dentre outras), para que pressionem o governo federal a realizar a auditoria da dívida com participação social?
- 3 - Você, se eleito(a), encaminhará à Câmara Municipal projeto para a realização da auditoria da dívida de seu município, com participação da sociedade?
- 4 - Você, se eleito(a), encaminhará à Câmara Municipal projeto para impedir a implementação da perversa engenharia financeira da "Securitização de Créditos", a qual gera dívida pública de maneira ilegal e disfarçada e permite o sequestro de recursos públicos durante o seu percurso pela rede bancária, para serem destinados diretamente a investidores privilegiados, sem passar pelo orçamento público?
- 5 - Você, se eleito(a), envidará esforços pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 anos os gastos públicos federais (exceto com juros e amortizações da dívida pública), prejudicando os investimentos sociais, como evidenciado durante a Pandemia da Covid-19, em relação à insuficiência de investimentos na saúde, que é uma das obrigações do Município?
- 6 - Você se compromete a inserir a defesa dos pontos acima em seu programa oficial de governo e/ou plataforma de campanha?

Atenciosamente,

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

DADOS DO(A) CANDIDATO(A)

Nome: _____
Partido: _____
Município/Estado: _____
Cargo eletivo ao qual concorre: _____

7 - DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Doações podem ser feitas via PIX 12537204000145, pagamento recorrente no cartão de crédito <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/> ou PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/doacao/>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRARAJOGO